

ATA N.º 20/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2019:

No dia dois de outubro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e catorze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Carlos Miguel Viegas Vitorino, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro (rececionado às 09:44 horas do dia de hoje) e uma vez que não foi possível em tempo útil proceder à tramitação normal, foi convocado, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Palmela. Contrato Interadministrativo – Toponímia - Acerto

PONTO 2 – Processo Disciplinar nº 07/2019 – Aplicação de sanções disciplinares

PONTO 3 – Reconhecimento de Ação de Reabilitação para efeito de benefícios fiscais. Requerente: Inês Ferreira Silvestre. Processo E-3884/2015. Local: Rua General Amílcar Mota, nº 59-61, em Palmela

PONTO 4 – Inovar Autismo Associação de Cidadania e Inclusão – Celebração de Contrato de Comodato

PONTO 5 – Centro de Respostas Comunitárias de Poceirão – 2.ª alteração ao Contrato de Comodato

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 18/2019, da reunião ordinária de 11 de setembro de 2019.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Carlos Vitorino, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, no período compreendido entre 18.09.2019 e 01.10.2019.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 16.09.2019 e 27.09.2019.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 18.09.2019 a 01.10.2019, no valor de 2.255.276,40 € (dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis euros e quarenta cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 01.10.2019, apresenta um saldo de 13.930.261,21 € (treze milhões, novecentos e trinta mil, duzentos e sessenta e um euros e vinte e um cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 12.486.405,03 € (doze milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinco euros e três cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.443.856,18 € (um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta e seis euros e dezoito cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Dia da Água).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Dia do Animal).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (à Música e Músicos do Concelho de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Dia da Água).

“Comemorou-se ontem, dia 1 de Outubro, o Dia Nacional da Água.

A água é um dos mais preciosos elementos dos nossos ecossistemas, tem funções ecológicas e humanas insubstituíveis e, no difícil contexto das alterações climáticas, precisa de ser ainda mais protegida. Protegida da poluição; protegida da mercantilização; protegida da escassez e contaminação decorrente do aumento da temperatura e da atividade humana desregrada.

O acesso a água potável de qualidade é um direito inegável e a sua proteção um dever irrevogável de todos os poderes públicos.

O Dia Nacional da Água reveste-se, assim, de grande importância simbólica e, para o assinalar, o município publicou a Matriz da Água 2018, que pode ser consultada no sítio municipal na internet. Trata-se de um documento que caracteriza o ciclo da água e as infraestruturas de águas e esgotos no nosso território, transmite a visão municipal para o setor e retrata os investimentos feitos.

Em 2018, reduzimos em 11% as perdas reais de água, tornámos as nossas captações e estações de tratamento mais eficientes do ponto de vista hídrico e energético, reabilitámos 4,3 km de condutas, prolongámos a rede em mais 3,8 km e construímos 749 novos ramais.

Nos esgotos, construímos mais quase um quilómetro de coletores, reabilitámos troços da rede e construímos 126 novos ramais. Além disso, desenvolvemos três grandes projetos de infraestruturização na área do saneamento – Cajados, Portal Branco/ Miraventos e Lagoa da Palha, estando este último com concurso para obra a decorrer.

Para além de publicar a Matriz da Água, o município subscreveu a Declaração Conjunta dos Municípios da AIA – Associação Intermunicipal da Água da região de Setúbal, que passamos a ler:

Declaração Conjunta dos Municípios da AIA

Dia Nacional da Água de 2019

Com o Poder Local, com a gestão pública, qualificar os serviços de águas, proteger os recursos hídricos, construir um futuro sustentável

A Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA) e os Municípios que a integram (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), saúdam o Dia Nacional da Água de 2019, que hoje, 1 de outubro, se assinala.

A água é um relevante elemento natural cuja preservação é crucial ao bom funcionamento dos ecossistemas e à satisfação das necessidades humanas, sendo responsabilidade de todos e todas, em particular dos Estados e das entidades públicas em geral, promover e garantir, global e localmente, através de políticas públicas de carácter estrutural, modos de produção e uso compatíveis com os limites da capacidade regenerativa do ciclo natural da água, a preservação ambiental, o desenvolvimento socioeconómico e os direitos coletivos e individuais de acesso a este bem indispensável à vida.

A preservação ambiental, designadamente dos recursos hídricos, não prescindindo do salutar esforço individual, só é atingível através de políticas públicas estruturantes e transversais a todas as áreas da atividade humana, orientadas ao bem comum, contrariando a apropriação por poucos do que é de todos, e cientificamente informadas. Na persecução deste objetivo, que deve constituir compromisso indelével com as gerações atuais e futuras, impõe-se a Portugal que recuse a mercantilização da natureza e reforce o investimento nos seus meios institucionais e científicos para lidar com esta problemática.

Neste quadro conceptual e pese embora o muito caminho que ainda há a percorrer, é com satisfação e esperança no futuro que constatamos o recuo a nível global e nacional da gestão privada do abastecimento de água às populações e o reforço da confiança coletiva nas capacidades da gestão pública na condução eficiente e socialmente justa deste serviço essencial.

Ao nível local não é despidendo recordar que as populações da Península de Setúbal, fruto de um forte esforço coletivo conduzido pelo Poder Local, contam, desde há longa data, com serviços públicos de abastecimento de água que disponibilizam um atendimento universal e de qualidade.

Não obstante esta realidade, importa ter presente que a prossecução destes serviços depende da disponibilidade de uma força de trabalho qualificada e motivada, bem como que as infraestruturas que o materializam se encontram em desgaste permanente e exigem investimentos contínuos e volumosos de capital, seja para a manutenção e renovação do existente, para a elevação da qualidade do serviço e da eficiência da sua exploração, seja ainda para planear e implementar em devido tempo as respostas aos desafios, designadamente de preservação dos recursos hídricos, do presente e do futuro.

É com os olhos postos nestes objetivos, que os municípios da Região têm investido na qualificação dos processos de relacionamento com os seus utentes, designadamente no canal digital, nos processos de gestão e operação dos sistemas, em planos de segurança da água - no âmbito dos quais a proteção das captações -, no aumento da capacidade de reserva e, na medida do possível, na renovação de redes, com o objetivo de reduzir as perdas e os consumos energéticos. O esforço posto nestas medidas que se pretende deem frutos no presente e no futuro próximo, não nos faz descurar o planeamento de soluções para os desafios de longo prazo e cujo elemento estruturante será o Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água em Alta à Península de Setúbal, que permitirá ligar todos os sistemas municipais, permitindo o acesso a novas zonas de captação, reduzindo a pressão sobre o aquífero onde a sua exploração é mais intensa, mitigando eventuais impactos que possam advir de alterações futuras do regime hidrológico associadas às alterações climáticas.

O desafio é de monta mas ao alcance do empenho e engenho das gentes e do Poder Local da Península de Setúbal; todavia, a disponibilidade de recursos financeiros condizentes com o empreendimento que se nos coloca é fundamental, pelo que se exige e espera encontrar nos futuros órgãos do Poder Central, que resultarão das eleições iminentes, parceiros empenhados e dialogantes, despertos para as necessidades da Região e para a justiça de, seja ainda no quadro do Portugal 2020, seja do futuro Programa Portugal 2030, lhe disponibilizar, respeitando a autonomia do Poder Local e as suas legítimas opções quanto aos modelos de gestão, os meios financeiros em volume adequado à dimensão do desafio que se coloca.

Por fim, **saudando** toda a população da Região, designadamente os trabalhadores dos sistemas de águas, cuja contribuição é determinante para prestação deste serviço à nossa comunidade, reafirmamos o compromisso dos municípios da Península de Setúbal com a defesa da água como bem comum e com uma gestão pública dos serviços de água e saneamento, de cariz municipal ou intermunicipal, eficaz e eficiente, economicamente acessível e agente ativo da preservação dos recursos hídricos.

Região de Setúbal, Municípios onde a água é de todos!

Setúbal, 1 de outubro de 2019

Os Municípios da AIA -----

(Município de Alcochete, Município de Almada, Município do Barreiro, Município da Moita, Município de Palmela, Município do Seixal, Município de Sesimbra e Município de Setúbal).”

Sobre a saudação (Dia da Água) intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e realça 3 aspetos que consideram bastante importantes, ou seja, o trabalho que tem sido feito, que deve ser reforçado para se poder dar uma melhor qualidade de vida e também para poderem fazer uma gestão racional de um bem que pode tornar-se cada vez mais escasso. Atualmente, Portugal passa por uma seca extrema e nada garante que, nos próximos tempos, a situação melhore, portanto, é necessário ter racionalidade, objetivos bem definidos e reduzir as perdas reais. Naturalmente que é positivo reduzir 11%, mas considera que é necessário reduzir cada vez mais as perdas de água, reabilitar condutas, construir novos ramais, para melhorar a qualidade de vida das populações e é, um trabalho que o poder local tem feito e é preciso dizer, que este país, antes do poder local democrático era muito diferente. Portanto, considera que devem continuar a fazer esse reforço e esse investimento, porque é um investimento importante, mas devido às condições climáticas, ainda é mais importante. Saúda, igualmente, este desafio a longo prazo do sistema intermunicipal de água em alta, que considera uma questão intermunicipal e que é estruturante uma relação entre as diferentes autarquias, nomeadamente nas autarquias da península de Setúbal, porque não basta dizer que têm aqui o maior aquífero da Europa, porque muito rapidamente passa de maior a menor se não o tratarem bem em termos de qualidade e tratamento, por isso, espera tal como é referido na saudação, que o poder central no futuro, seja um parceiro empenhado e dialogante, desperto para as necessidades da região e para a justiça, seja ainda no quadro do Portugal 2020 ou no futuro Programa Portugal 2030, pois considera que é preciso preparar muito bem estes investimentos com proatividade. Portanto, o PS irá votar favoravelmente esta saudação.

O **Sr. Presidente** informa que o município apresentou recentemente, no âmbito do PO-SEUR, mais uma candidatura que esperam vir a ter sucesso, na ordem dos 600.000€, que visa, sobretudo, o processo de combate a perdas e de gestão eficiente da água. Depois, para

contextualizar melhor este assunto, Palmela é um dos municípios que tem a maior rede de distribuição, em parte relacionada com a extensão do território e com o facto de possuir aglomerados populacionais um pouco por todo o lado, uma edificação dispersa e já se ultrapassou os 600 quilómetros de condutas de água, para apenas cerca de 28.000 locais de consumo, ou seja, utilizadores. Portanto, significa que quando se faz um prolongamento, à revelia das orientações da ERSAR, porque não é rentável, são prolongamentos que servem poucas pessoas e isso obriga à integração dos custos e aumento da tarifa fixa, o que o município tem resistido fazer, pois Palmela ainda é um dos municípios de Portugal que tem os tarifários mais baratos e é o mais barato da Área Metropolitana de Lisboa para famílias que consomem, em média 10 a 15 metros cúbicos por mês. Refere que sobre essa matéria, irão ter, em breve, a atualização tarifária, tal como acontece todos os anos e irão ter a oportunidade de perceber qual é o posicionamento de cada um. Em relação à água, este bem essencial que tem de ser preservado como já aqui foi dito por múltiplas razões, quando se fala do combate às perdas, assiste-se a um outro fenómeno no concelho, que são os não faturados que, por vezes interfere no rácio da ERSAR, relativamente ao que são efetivamente perdas na rede e o que são consumos não faturados e recorda que fez-se recentemente, duas grandes intervenções este ano, uma no Bairro Alentejano e outra em Pinhal Novo, com o seccionamento e remodelação de válvulas e, sobretudo, na questão do seccionamento, quando há uma rotura, já não é preciso despejar metade de uma vila, funciona agora por secções e, são passos desta natureza que são necessários dar, sobretudo, numa daquelas que é uma das redes mais antigas da península e, naturalmente, é uma rede que precisa de grandes remodelações e quando se faz aqui alusão à necessidade de ter um olhar diferente sobre os critérios das candidaturas, é precisamente porque o financiamento tem sido, sobretudo para os grandes sistemas, para aglomerados de população de 50 mil habitantes. No entanto, para o concelho de Palmela, especialmente nas zonas mais dispersas, onde é necessário fazer modelações ou prolongamentos, nunca têm a hipótese de vir a ser contempladas com financiamento. Portanto, com a promessa de se inverter um pouco esta questão, o município de Palmela lançou esta última candidatura que, se calhar, nem sequer vai ser financiada a 50% pelo Estado, porque há medidas que não são financiadas a 50%, mas considera que todos têm hoje uma visão muito atual sobre esta matéria e estão, de facto, preocupados com estas questões.

Refere que, tal como a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho referiu, congratula-se com o facto de ver no país, nomeadamente o município de Mafra, que municipalizou o sistema, que apesar de muitos problemas que possa haver, existir também a possibilidade de ter na esfera das entidades públicas, a quem podem pedir responsabilidades, para ter acesso a água de qualidade e melhorar o sistema, apesar do subfinanciamento. Portanto, não vai alongar-se com questões sobre o sistema de abastecimento de água em alta na península, até porque é o presidente da AIA, ainda assim, refere que estão a trabalhar no processo e que na reunião do Conselho Diretivo da AIA, há 8 dias, adjudicaram mais um estudo de viabilidade económico-

financeira do sistema, portanto, têm estudos sobre a adesão faseada dos municípios ao sistema, às suas interligações, as condutas intermunicipais, porque, de facto, para proteger o aquífero, não é fazer mais furos, pelo que, aquilo que tem de ser feito é ligar os sistemas, aliás, Barreiro, Almada e Seixal estão a precisar disso e é algo que vai ter de ser feito de forma faseada, de 5 em 5 anos, com planos quinquenais de investimento, mas o estudo de viabilidade económico-financeiro é indispensável para saber como é que podem dar o passo e, felizmente, tem sido aprovado por unanimidade, por todos os municípios, que demonstra que estão a construir bem na solução a contento de todos.

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Dia do Animal).

“No dia 4 de Outubro, sexta-feira, comemora-se o Dia Mundial do Animal.

O município de Palmela vai assinalar o dia com uma campanha de sensibilização para o bem-estar animal e promoção da adoção.

Uma equipa do CROA – Centro de Recolha Oficial de Animais - vai estar no Mercado Municipal de Pinhal Novo nos dias 4 e 5 de outubro, das 9h00 às 12h00, para prestar informações sobre os animais que estão, neste momento, disponíveis para adoção e quais os procedimentos necessários para quem quer adotar. No ato da adoção, a Câmara Municipal de Palmela oferece a esterilização, a vacinação, o chip e o kit adoção, constituído por uma trela, uma tigela portátil, uma escova e um dispensador de sacos para dejetos.

A iniciativa visa alertar para a necessidade de se garantir o bem-estar de todos os animais, domésticos ou não, e proteger a biodiversidade. Essa é uma missão que o município entende ser coletiva, sendo que cada um e cada uma de nós pode ajudar, cuidando dos seus animais, acarinhando, adotando, tornando-se cuidador ou cuidadora dos animais que vivem na comunidade ao abrigo do programa CED ou colaborando com as associações de defesa dos animais.

Esta ação de sensibilização integra o conjunto de iniciativas que o município adota para acabar com o abandono e dar uma nova vida aos animais de rua; bem como para proteger os animais não-domésticos, através da defesa dos seus habitats naturais.

Nesta data, o município **saúda** todos e todas que contribuem ativamente para esta causa, nomeadamente as associações, convida todas e todos a adotar um amigo para a vida e a juntar-se à causa da defesa do bem-estar animal.”

Sobre a saudação (Dia do Animal) intervêm:

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e refere que o PS congratula-se com esta saudação e que se revê nela. Refere ainda que acreditam que a autarquia está no bom caminho, mas também têm a noção que ainda há muito por fazer, mas esta intervenção é sobretudo, para dar uma palavra de apreço a todas as instituições que trabalham diariamente com estes animais e que muitas vezes, trabalham em situações muito difíceis, mas que nunca esquecem a sua missão e que, no fundo, tomam conta de todos os animais que não são de ninguém e por isso uma palavra de apreço para todas essas associações.

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (à Música e Músicos do Concelho de Palmela).

(A saudação a seguir transcrita contempla a alteração sugerida pelo Sr. Vereador Raul Cristovão e aceite pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha. A saber: na primeira frase onde se lia "*A Cultura é alavanca essencial para o desenvolvimento urbano sustentável, a par com a inovação e com o conhecimento.*" passa a ler-se "*A Cultura é alavanca essencial para o desenvolvimento sustentável, a par com a inovação e com o conhecimento.*", ou seja, foi retirada a palavra "urbano").

"A Cultura é alavanca essencial para o desenvolvimento sustentável, a par com a inovação e com o conhecimento. A música tem no território de Palmela um fantástico ecossistema, que tem gerado gerações de músicos. Somos um concelho com 62.000 habitantes e com 4 filarmónicas, o que atesta a vocação musical da nossa população, que não se fica pela filarmónia. São muitos os agrupamentos musicais e associações que fazem da música o seu dia-a-dia, do folclore ao jazz, da música popular à mais erudita. As escolas de música mais informais, acompanham o notável trabalho desenvolvido pelas escolas das filarmónicas que culminam no conservatório regional, onde as aprendizagens se apuram sob a direção de especialistas dos vários instrumentos.

Ontem dia 1 de Outubro celebrou-se o Dia Mundial da Música

A data foi instituída em 1975 pelo International Music Council, uma instituição fundada em 1949 pela UNESCO, que agrega vários organismos e individualidades do mundo da música, tendo como principais objetivos: promover a arte musical em todos os setores da sociedade; divulgar a diversidade musical; aplicar os ideais da UNESCO, como a paz e a amizade entre as pessoas, a evolução das culturas e a troca de experiências.

Em Palmela, tem sido hábito a comemoração desse dia estender-se por todo o mês de outubro, através de ações promovidas pela Autarquia, pelas estruturas do movimento associativo e outras entidades particulares, tendo como objetivo maior, divulgar essa importante expressão artística junto de toda a comunidade, envolvendo os músicos da nossa terra e os projetos musicais em que estão inseridos, sem descurar a necessidade de trazer a Palmela outro tipo de projetos musicais de reconhecido valor artístico.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 2 de outubro na Biblioteca Municipal de Palmela, **saúda** os músicos, os maestros, os cantores, os dirigentes associativos e todos aqueles que com o seu trabalho ajudam a afirmar Palmela como terra de música e de cultura, e com a esperança de que essa realidade seja reconhecida pela UNESCO, através da declaração de Palmela - Cidade Criativa na área da música.”

Sobre a saudação (à Música e Músicos do Concelho de Palmela) intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** sugere que no primeiro parágrafo, logo na primeira linha, se retirasse a palavra “urbano”, uma vez que o concelho de Palmela, sendo também rural, não fica correto colocar apenas urbano. Depois, aproveita para homenagear todos/as aqueles/as que em associações, no Conservatório ou até de forma individual, foram evoluindo para outras áreas, aliás, têm músicos do concelho de Palmela espalhados pelo país e no estrangeiro, em formação e até como músicos profissionais e, portanto, considera que o concelho de Palmela, através das suas escolas, ao longo de vários anos, tem dado uma mostra clara, que tem sido uma aposta, quase natural, das populações e deste território e é importante salientar. A música é, talvez, um dos aspetos mais fundamentais para proporcionar a paz entre povos, e como tal, não quer deixar de elogiar o espetáculo de ópera, realizado ontem no Cine-Teatro São João, porque foi interessante ver um palco cheio de gente nova e é bom ver as novas gerações apreciarem este tipo de música. Portanto, a música é importante e o PS espera que a UNESCO reconheça este trabalho e que Palmela possa ser, efetivamente, uma cidade criativa.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** cumprimenta os presentes e refere que também esteve presente no espetáculo de ontem no Cine-Teatro São João e, de facto, a qualidade, o empenho de toda aquela juventude e a coordenação, fez com que tivesse sentido que estava a apreciar um verdadeiro espetáculo que, às vezes assistem a espetáculos de profissionais que não têm mesma qualidade. Portanto, Palmela é isto, a música, a interação, o facto de conseguir trazer pessoas para ouvir e interiorizar tudo aquilo que se constrói neste concelho, é algo muito importante e, de facto, esta candidatura faz todo o sentido e era muito positivo que a UNESCO reconhecesse, porque a par dos vinhos, da música, Palmela tem todas as características para poder ser e se afirmar como uma grande marca identitária da região. Porém, reparou que houve quem levantasse bilhetes e depois não tivesse comparecido, o que acabou por impedir várias pessoas de assistir ao espetáculo. Portanto acha que as pessoas deviam ser

sensibilizadas, porque apesar de não haver um custo direto, houve uma perda para aqueles que não puderam assistir, ficando no seu lugar cadeiras vazias.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** subscreve o que foi dito pelos Srs. Vereadores Raul Cristovão e Carlos Vitorino, concorda com a proposta de alteração para retirar a palavra “urbano” e também refere que, de facto, ao longo de muitos anos, a realização de espetáculos de grande qualidade musical, tem sido uma aposta da Câmara Municipal e do movimento associativo, aliás, recorda o apoio que tem sido dado às coletividades, às várias associações que desenvolvem trabalho nesta área e subscreve também, a qualidade do espetáculo que ontem todos tiveram a oportunidade de assistir no Cineteatro São João; um espetáculo feito com a prata da casa, que deixou todos e todas muito satisfeitos/as. Por último, refere que tem esperança e confiança na aprovação por parte da UNESCO da candidatura, que terá decisão em novembro, mas, mesmo que esta candidatura possa não vir a ser acolhida, o plano de trabalho que está definido, é um plano de trabalho para concretizar, um plano de ação que irá contribuir para promover e divulgar a aquilo que são as diversas expressões musicais no concelho e é, nisso que estão empenhados.

O **Sr. Presidente** saúda a autarquia, porque quem programou, financiou e desafiou os parceiros a fazer esta grande produção foi, de facto, a equipa técnica municipal com as orientações que têm sido dadas e sublinha que o protagonismo e o aplauso deve ser dado aos intervenientes, porque são eles, os agentes culturais em concreto e à autarquia cabe o papel de criar todas as condições para que eles continuem a fazer com amor e qualidade, aquilo que fazem. Portanto, o mês de outubro vai ter muitos outros eventos, está toda a gente convidada e isto demonstra, mais uma vez, a vitalidade dos agentes culturais, do associativismo que existe no concelho, aliás já nesta sexta-feira, irá haver um grande espetáculo de abertura de época da Orquestra Nova de Guitarras, também no Cine-Teatro São João, o encontro de Bandas no Pinhal Novo. Depois, em novembro, música contínua, porque na Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” com o Festival Internacional de Música, depois o aniversário da Sociedade Filarmónica Humanitária já na próxima semana também com grandes eventos e, de facto, é por tudo isto que reafirmam, independentemente dos resultados das candidaturas, Palmela é música e, de facto, é também uma marca distintiva deste território, ou não tivessem atualmente, o Conservatório Regional com maior expressão e vitalidade, a competir com grandes cidades do país.

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

Informações / Assuntos diversos:

● **Outubro Maior** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que o Envelhecimento Ativo é o destaque ao longo do mês de outubro, para assinalar o Dia

Internacional das Pessoas Idosas, 1 de outubro, com o tema “contributos das gerações mais velhas na promoção dos direitos humanos e a importância da garantia dos direitos humanos em todas as idades”. Desafiando a pensar, partilhar e viver o território com as pessoas, a edição 2019 do “outubro MAIOR” aposta, uma vez mais, numa programação diversificada com e para a população de mais idade e famílias. O exercício, saúde, dança, cinema, música, exposições, informação, conferências e visitas a equipamentos culturais do concelho, entre outras iniciativas, são algumas das principais propostas. O “Palmela Chá Dançante”, no qual participaram 240 pessoas, este ano na Sede do Rancho Folclórico “Os Rurais” da Lagoa da Palha e Arredores, aberto por um grupo de dança do 50+ Programa de Atividade Física da Palmela Desporto, EM, deu início às celebrações que culminam com o “Musicando”, dinamizado pela Popular FM, a 30 de outubro, no Cineteatro S. João, Palmela. Refere ainda, a importância da disponibilidade e envolvimento dos parceiros locais que muito têm possibilitado acrescentar valor a este projeto, representando o desejado compromisso crescente com o Envelhecimento enquanto questão que diz respeito a todos/as.

• **Oficinas de Empreendedorismo Tourism UP & Taste UP – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que numa parceria com a “Territórios Criativos” e o Turismo de Portugal, o município de Palmela, após o lançamento nacional dos Programas de Aceleração, que decorreu no passado dia 12 de julho, na Igreja de Santiago, irá receber no próximo dia 4 de outubro, entre as 15h00 e as 17h00, na Biblioteca Municipal de Palmela, a apresentação dos programas de aceleração. Sublinha que com esta sessão de formação dinâmica, a Câmara Municipal prossegue os objetivos de desenvolvimento do turismo local, apoiando o seu tecido económico na criação de oportunidades para aumentar a sua proposta de valor e capacitação, contribuindo para estimular a criação de redes, a inovação e o desenvolvimento de novos produtos turísticos. Refere ainda que para a sessão de formação dinâmica sobre Oportunidades e Tendências no Turismo, Turismo Gastronómico e Enoturismo, Empreendedorismo e Proposta de Valor, estão neste momento inscritas 22 empresas de turismo que operam no território de Palmela. Recorda que a oficina de Palmela integra um roadshow que está a correr todo o país e que posteriormente, os 36 projetos selecionados, terão a oportunidade de desenvolver os seus negócios através da participação em dois bootcamps, sendo que os programas disponibilizam aos empreendedores vários prémios monetários.

• **Festa das Vindimas de Montmartre – Parcerias para o Desenvolvimento do Enoturismo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no quadro do desenvolvimento do Enoturismo, produto de excelência que tem afirmado o concelho de Palmela aos níveis nacional e internacional e prossequindo uma estratégia de afirmação territorial da oferta, a Câmara Municipal de Palmela participará este ano, pela primeira vez, na Festa das Vindimas de

Montmartre, evento que decorrerá em Paris, de 11 a 13 de outubro de 2019. A participação naquele que é o 3º evento parisiense mais frequentado da capital francesa e que conta com mais de 500.000 visitantes, consubstancia-se numa parceria entre o Município de Palmela, a Adega Cooperativa de Palmela e a Casa Ermelinda de Freitas e que tem como objetivo a promoção e divulgação dos vinhos do concelho em Paris, afirmando e dando visibilidade às marcas prestigiadas, que se têm afirmado pelo seu trabalho, inovação e qualidade; o desenvolvimento de uma ação externa de Enoturismo, contribuindo para a valorização do território vinhateiro de Palmela e do seu projeto; a valorização dos ativos turísticos do concelho, com distribuição de novos materiais promocionais em francês e inglês; a divulgação junto dos órgãos de comunicação social franceses e portugueses e o alargamento de redes de trabalho, através do contacto com outros produtores e agentes de enoturismo franceses. O Município de Palmela irá estar presente com um espaço de 9m² e apresentará vinhos da Casa Ermelinda de Freitas e da Adega Cooperativa de Palmela, a par de queijo de azeitão e fogaças, com um cartaz gastronómico único que enaltecerá alguns dos melhores produtos da gastronomia local e nacional. Refere ainda que a par do município de Palmela, vão estar também presentes na Festa das Vindimas de Montmartre, entre outros, os municípios de Guarda, Reguengos de Monsaraz, Pinhel, Torres Vedras, Lagoa, Lagos, a Confraria de Vinhos de Carcavelos, as Comunidades Intermunicipais do Oeste e do Tâmega e Sousa e a Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

• **Enoturismo – Balanço do Programa Especial Vindimas 2019 – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no âmbito da prossecução da estratégia do município direcionada para o desenvolvimento turístico do concelho, o Enoturismo surge como um pilar estruturante tendo em conta o tecido económico da região, composto pelos vários pequenos e grandes produtores de vinhos, que imprimem à região a tradição vitivinícola pela qual é reconhecida. Neste sentido, assiste-se todos os anos a um aumento do fluxo de visitantes que buscam atividades e experiências relacionadas com a vindima. Os produtores do concelho respondem da melhor forma, pois promovem, entre setembro e outubro, uma série de experiências relacionadas, aliás, este ano foram programadas mais de 30 experiências distintas, entre visitas guiadas às adegas, apanha de uva, pisa a pé, almoços na vinha, cruzeiros enoturísticos e, ainda a decorrer, o tradicional almoço de adiafa e um percurso enoturístico pelo coração vinícola da região de Fernando Pó. No concelho de Palmela, com a maior mancha vinícola da região da Península de Setúbal, estas experiências já reuniram mais de meio milhar de participantes, contribuindo assim para a cada vez maior afirmação do enoturismo em toda a Península de Setúbal. Refere que para além das atividades programadas para comemorar o Dia Mundial do Turismo, no passado dia 27 de setembro, com visitas guiadas às adegas e promoções na compra de vinhos, o mês de setembro permitiu ainda, a realização de filmagens para um roteiro dedicado ao Moscatel de Setúbal, para emissão no programa em direto da RTP 1 "Aqui

Portugal”, que decorre no dia 5 de outubro, que inclui a vindima, um showcooking, um cruzeiro e um concerto na adega, a antecipar a 8ª temporada dos Concertos Sons do Vinho.

• **Dia Nacional dos Castelos** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o Dia Nacional dos Castelos comemora-se em outubro, desde 1984 e em 2003, estabeleceu-se no dia 7. O Dia Nacional dos Castelos tem como objetivo promover iniciativas que visam a reflexão e divulgação sobre o património fortificado. O município de Palmela, desde 2015, tem anualmente realizado um curso dedicado aos castelos e neste ano, o curso tem como temática “Fortalezas da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVI)”, com a responsabilidade científica do Prof. Doutor André Teixeira da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. O curso integra uma sessão teórica que decorre dia 12 de outubro, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela e visitas de estudo a Évora Monte e Vila Viçosa no dia 13. Conforme foi aprovado pela Câmara Municipal, haverá tarifas diferentes para os vários segmentos de público, sendo que os docentes e alunos que, lecionem ou residam no concelho, bem como os portadores do Cartão Idade Maior, têm inscrição gratuita, mas obrigatória.

Questão apresentada pelo Sr. Vereador José Calado

• **Monos e lixo – um caso pontual** – O **Sr. Vereador José Calado** apresenta, mais uma vez, umas fotografias relacionadas com a situação dos monos e do lixo, depois do que já foi aqui falado, das explicações da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, e compreende que é, de facto, uma situação muito complicada e que, naturalmente a autarquia tem muita dificuldade em resolver, mas esta questão até é uma situação pontual, de uma senhora que é a proprietária do Lar “Jardim de Outono” que tem apresentado inúmeras fotografias da situação que lá se passa e sente-se impotente para resolver aquele problema e pediu para que apresentasse esta questão em reunião de Câmara. Reitera que é um problema que já foi amplamente discutido em várias reuniões de Câmara e até referiu a essa munícipe que a autarquia tem feito tudo aquilo que é possível e está a fazer, mas não deixa de ser uma situação complicada e que, como podem calcular, as pessoas em último caso, dirigem-se aos vereadores para tentarem ver estes problemas resolvidos. Portanto, a pedido dessa munícipe, apresenta este assunto à reunião de Câmara e pede, mais uma vez à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no sentido de pedir a colaboração desta munícipe, no sentido de vigiar quem comete estas infrações. Acrescenta ainda que tem tido algum cuidado, sobretudo nas zonas onde circula, no sentido de ver se pode colaborar e ajudar, até porque tudo aquilo que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho já referiu, é uma questão cívica que diz respeito a todos e todos têm o dever de colaborar nesse sentido. É uma situação que está novamente complicada, aliás, ainda antes do dia de ontem, na zona do Terrim, houve recolha de monos e no dia seguinte já estava a situação da mesma maneira, por isso, entende que há uma grande dificuldade em

resolver uma situação destas, mas, se calhar, todos em conjunto, como já foi dito aqui podem tentar minimizar, porque é um flagelo e é muito desagradável, porque teve a visita de uns amigos durante este último fim de semana e quando passavam naqueles sítios, as pessoas reparavam naqueles monos e, embora explicando que se passa o mesmo em todos os concelhos vizinhos, não deixa de ser uma situação preocupante.

Questões apresentadas pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino

• **Monos e lixo** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que sobre esta questão dos monos, não sabe até que ponto não vão ter de se adotar algumas medidas coercivas e de fiscalização relativamente a alguns abusos, porque, de facto, aquilo que se observa em muitos sítios é a falta de civismo e não há volta a dar, por muito esforço que seja feito ou por falhas que possam existir, a verdade é que, quando estas questões estão regulamentadas e as pessoas continuam a prevaricar, por vezes, só mesmo com algumas medidas coercivas e com uma fiscalização mais apertada, porque é evidente que também se pode fazer mais sensibilização, mas é necessário todo um conjunto de medidas que têm de ser tomadas.

• **Árvores na Urbanização Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que as árvores na Urbanização dos Portais da Arrábida apresentam falta de limpeza e já carecem de poda, aliás, houve munícipes que enviaram fotos de ramos que caíram em cima de uma viatura, apesar de não ter causado danos, não deixa de ser uma situação que deveria ser analisada, até porque não é só naquela urbanização, pois existem outras zonas em que as pessoas se queixam do mesmo.

• **Arbustos tapam a visibilidade na Avenida dos Ferroviários, em Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que na Avenida dos Ferroviários em Pinhal Novo, que cada vez tem mais trânsito e movimento pedonal, especialmente para quem circula na faixa esquerda, no sentido Palmela para Pinhal Novo, nomeadamente junto à rotunda existem ali uns arbustos altos que tapam a visibilidade da passadeira, ou seja, só muito em cima da passadeira é que os condutores se apercebem que existem peões para atravessar aquela passadeira. Portanto, alerta para esta questão por motivos de segurança, se é possível fazer uma análise do que ali se passa, porque até mesmo quem circula em velocidade recomendável, às vezes, a visibilidade é muito difícil e como habitualmente até circulam em excesso de velocidade, ainda se torna mais perigoso para os peões.

• **Abatimentos na Estrada de Vale dos Barris, em Palmela** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** alerta para uma questão relacionada com a Estrada dos Barris, porque existem vários

abatimentos na via e até é uma estrada com um pavimento relativamente recente. Portanto, faz este alerta, porque se nada for feito antes do Inverno e se o Inverno for rigoroso, pode acontecer ali algum abatimento da via mais complicado. Portanto, para além do alerta, questiona se já está prevista alguma intervenção, porque, se interviesses com alguma urgência, se calhar, era possível evitar o abatimento de algum troço da estrada.

Às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, são dadas as seguintes respostas:

. Monos e lixo (Questão apresentada pelos Srs. Vereadores José Calado e Carlos Vitorino) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que relativamente aos monos e aos resíduos, irá repetir o que tem dito em diversas reuniões de Câmara, porque não é por falta de intervenção e de investimento municipal e que isso, esteja ciente tal qual como referiu, anteriormente. Portanto, reitera que a autarquia tem aumentado o investimento ao nível das campanhas de sensibilização, aumentado o investimento ao nível da contratualização de pessoal e tem investido mais dinheiro público em circuitos e limpeza de contentores em outsourcing. Portanto, é o dinheiro de todos os que aqui estão presentes e de quem cumpre as regras que está a ser despejado, por causa de meia dúzia de outros cidadãos e cidadãs que não pugnam pelas regras mais elementares de civismo e Cidadania, nem pugnam por aquilo que é a dignidade do trabalhador dos resíduos, como também já disse outrora que, obviamente, não podem demitir-se das falhas que existem, como também há falhas naquilo que é a vida pessoal e individual de cada um, onde há falhas, ora porque houve um carro que se avariou, um cantoneiro que faltou por estar doente e, obviamente que isso provoca atrasos. Porém, o que se assiste neste concelho não deriva desses males menores com os quais todos têm de saber conviver, mas sim da falta de cidadania e civismo, porque repete que é a falta de consciência individual e coletiva que infelizmente, alguns cidadãos e cidadãs não têm. De facto, é uma matéria que diz respeito a todos, igualmente e coletivamente, aliás o município tem feito mais e mais investimento, mas a solução deste problema não passa por continuar a investir mais e mais dinheiro público, terão de ser todos, em particular, mais ativos e juntamente com o município, ajudar também na resolução deste problema. Refere ainda que o município, para mitigar aquilo está quase incontrolável, porque não é possível ter um fiscal junto de cada contentor e também é incontrolável quando num turno os trabalhadores retiram os resíduos de um determinado local de deposição correta e passado 10 minutos, ou um a dois dias depois, estar igualmente o espaço conspurcado com lixos e monos, aquele que é o espaço público de todos e que é necessário ter respeito por esse espaço que pertence a todos. Portanto, esclarece o Sr. Vereador Carlos Vitorino que a fiscalização tem sido reforçada e o Sr. Vereador Pedro Taleço poderá esclarecer melhor, mas ainda assim não é suficiente. Aliás, ainda esta manhã houve uma reunião com a equipa e informa que a autarquia vai, mais uma vez, despende mais dinheiro, dinheiro de todos para o aumento de circuitos e nas zonas onde existe a recolha uma vez por semana irá passar a ser feita duas vezes por semana, mas reitera que isto não é a

solução para aqueles que prevaricam compulsivamente e, mesmo aumentando para 2 circuitos, quem prevarica hoje, vai prevaricar amanhã. Considera que todos, ativamente, devem corrigir e dá o exemplo de um cidadão que escreveu para o município dizendo que leu algumas das expressões que referiu nas últimas reuniões de Câmara e que foram citadas num jornal e que as subscrevia, que compreendia, referindo que em relação a um estabelecimento comercial de uma das freguesias do concelho, tinha visto a dona desse estabelecimento colocar uma caixa ao lado do contentor e, como cidadão com princípios de cidadania, colocou ele mesmo o referido caixote no sítio correto, e que depois de 5 minutos, voltou a ver outro caixote no mesmo sítio incorreto, sabendo qual era a origem, o senhor pegou no caixote e foi coloca-lo à porta da dona desse estabelecimento. Portanto, este cidadão com um papel ativo que sabe, obviamente que espaço público também é dele, cuidou daquilo que é o seu espaço público e não deixou de reportar à autarquia para que também esta pudesse atuar obviamente. Em relação ao exemplo facultado pelo Sr. Vereador José Calado sobre o Lar "Jardim de Outono", refere que também há falta de consciência daquilo que são os deveres, quer de cidadãos, quer de algumas entidades responsáveis por atividades económicas, ou seja, as atividades económicas não podem, nem devem colocar os seus resíduos nos contentores que está colocado para os resíduos domésticos. Esclarece que as atividades económicas têm um circuito próprio e devem pagar por isso, porque produzem mais resíduos do que qualquer um cidadão, individualmente e, também os agentes económicos têm aqui um papel que é, dirigirem-se ao município e contratualizar o serviço de recolha num circuito que é feito porta-a-porta e que beneficia todos, porque os contentores não são deles, os contentores são de todos e para as atividades económicas existe um único serviço que o município presta de recolha porta-a-porta e não devem esses/as proprietários/as de atividades económicas, despejar no contentor que é para uso doméstico. Portanto, também é importante sensibilizar e que pede a cada vereador que esclareça que este serviço é um dever dos cidadãos que também podem fazer pedagogia junto dessas pessoas, porque existe um circuito próprio e que minimiza o impacto na imagem urbana que todos desejam. Agradeça o alerta, a preocupação, mas reitera que a autarquia não pode continuar a investir dinheiro público, cada vez mais, naquilo que é consequência da falta de cidadania e civismo.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que no caso pontual que referiu, os despejos não são provenientes do Lar, mas é um local que outras pessoas vão lá colocar resíduos e monos e sabe disso porque se deslocou lá duas vezes, quando recebeu as fotografias da proprietária do Lar e, de facto, o lixo não era proveniente do lar.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que compreendeu a questão colocada pelo Sr. Vereador José Calado, mas ainda assim, aproveitou a ocasião porque, apesar de não se tratar deste Lar, existem outros no concelho, onde já foram detetados resíduos provenientes desses estabelecimentos.

O **Sr. Presidente** refere que, neste caso em concreto, também passou por lá e, de facto, no período da tarde, depois de a recolha ter sido feita nesse dia, já estava repleto de caixas e outros resíduos. Aliás, em zonas dispersas como aquela, gente que não tem qualquer contrato com o município, não tendo contrato de água naquelas quintas, que produzem Lixo mas não pagam, de facto, sendo um local de passagem, é despejado ali junto ao Lar "Jardim de Outono". Porém, não significa que esta resposta social não possa aderir ao outro circuito, em que os contentores não ficam no exterior e serão eles a utilizar e a optar pelo dia da recolha, que é um processo que acontece nos parques industriais, que cada um tem o seu contentor. Ainda aproveitando este exemplo, refere que o município está a preparar um novo concurso para ir reforçar o circuito existente, porque apesar das tensões que tem havido com outsourcing da empresa Suma, na última semana, a periodicidade voltou a ser cumprida. Porém, as quantidades que têm sido despejadas são em maior número, sobretudo de detritos industriais, restos de obras de construção, muitas, se calhar, nem sequer são feitas no concelho e, de facto, é necessário atuar na área da fiscalização, que para além de ser diminuta, está a ser preparado um procedimento que visa a contratação de empresas de vigilância que possam, em articulação com os encarregados municipais, montar algumas operações de vigilância. Recorda que na última Assembleia Municipal deu nota de 9 processos de contraordenação e do recebimento de uma coima no valor de 520€, portanto, ainda há muito mais para fazer no sentido de desencorajar alguns desses comportamentos. Quanto ao resto, está reposta a normalidade dos circuitos de acordo com a periodicidade que está contratualizada e está a ser preparado um reforço orçamental para poder ter, sem dias específicos, um serviço que em poderá ir às zonas mais críticas, porque também se sabe que quando o lixo ou os monos não são recolhidos num espaço de 2 ou 3 dias, depois de uma semana, ainda vai ter mais resíduos, monos, restos de verdes, sacos de lixo e outras coisas. Refere que também estão a substituir contentores de 800 litros por 1100 litros, nalgumas zonas, porque percebem que vai haver mais gente a morar em determinados períodos do ano, nomeadamente na altura da agricultura. Portanto, há um grande trabalho de consciencialização e cidadania a fazer, para prevenir alguns comportamentos que têm de ser penalizados.

. Árvores na Urbanização Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo e Arbustos que tapam a visibilidade na Avenida dos Ferroviários, em Pinhal Novo (Questões apresentadas pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – O **Sr. Presidente** refere que o município está a tomar medidas com uma série de contratos em curso, incluindo também aqueles cortes de árvores que estão sujeitos ao parecer do ICNF, nomeadamente a poda dos sobreiros que acontece entre novembro e março e, dá nota também que sobre o corredor central de Vale Flores, de facto, foi bem pensado do ponto de vista ambiental e ecológico com plantas autóctones, mas existem ali dois ou três Medronheiros que estão com um porte muito grande, que realmente não parece

adequado a sua plantação ali, por isso, se calhar vão ter de equacionar o seu transplante porque está a interferir na visibilidade no acesso às passadeiras.

. Monos e lixo (Questão apresentada pelos Srs. Vereadores José Calado e Carlos Vitorino) – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e refere que em relação à fiscalização, à questão dos resíduos e das deposições ilegais de resíduos, naturalmente que é uma questão multidisciplinar e é uma ilusão pensar que se resolve só com a recolha ou com a fiscalização que, obviamente, também está relacionado com uma vertente comportamental. Em relação à fiscalização, informa que a autarquia tem, em média, 3 a 4 fiscais se tiverem todos a trabalhar e se ninguém estiver de férias, e estes fiscais têm no seu conteúdo funcional e tudo o que diz respeito à fiscalização, desde a área do Urbanismo, a poços abandonados, dejetos de animais, situação que é difícil de provar o prevaricador a menos que estejam perante um flagrante delito, portanto, os contentores são mais uma zona de resposta impossível. Há uma desproporção tão grande, entre os locais de deposição e os meios disponíveis, aos meios que seria necessário criar, que nem sequer se pode referir este serviço como solução para esta problemática, porque não é possível planejar, perante esta disparidade e o que se pode fazer é, tentar realizar ações que recaiam sobre a perceção. A primeira adaptação que foi feita neste mandato, em termos de interação, foi criar aquilo que chamam uma espécie de investigação do lixo, ou seja, quando é feita a recolha, vão mais funcionários acompanhados por fiscais da zona para remexer o lixo numa tentativa de encontrar alguma prova sobre a propriedade ou endereço postal que possa indiciar onde está ou quem é o infrator. Depois, uma outra resposta que ainda o município ainda não tem e na qual irá despender algumas dezenas de milhares de euros, está relacionada com a vigilância, que não pode atuar nem reagir diretamente, aliás, a vigilância em local público nem sequer pode ficar parada a olhar para contentores, tem de circular que muito sinceramente, acaba por ser inexplicável em termos de regras, mas a intenção é adquirir serviços de vigilância que depois irão articular na altura das limpezas. Naturalmente, que não vai referir os locais e as datas em que estas ações vão ser realizadas, contudo informa que já fizeram na zona de Vila Amélia que deu alguns resultados e funcionou em termos de visibilidade. Portanto, são estas as linhas de ação que a fiscalização pode fazer no seu limite, porque para além de ter uma série de outras funções, não é realizável colocar fiscais a vigiar contentores e isso não é possível fazer nem consiste num planeamento que possa dar algum resultado proveitoso.

. Árvores na Urbanização Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo (Questão apresentada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que às árvores, de facto, é um procedimento normal, porque as podas fazem-se a partir do final de setembro. O município tem conhecimento desse ramo, como também de outros locais onde existiu um ou outro acidente, mas até para preservar a própria árvore, não é possível fazer a poda nos meses

quentes do verão. Aliás, o município foi confrontado pela Associação de Moradores da zona nos orçamentos participativos e informou que será realizado a partir deste mês e irá durar cerca de 2 a 3 meses, que é na altura em que se fazem as podas das árvores. Aproveita para informar que para algumas zonas da freguesia de Pinhal Novo, nomeadamente na Alameda Alexandre Herculano que desde 2013 não são podados, portanto, vão ser alvo de uma poda. Em relação à Avenida dos Ferroviários, de facto, está prevista uma intervenção na placa central, particularmente na zona que o Sr. Vereador Carlos Vitorino apontou.

Em aditamento às respostas dadas pelo Sr. Vereador Pedro Taleço sobre os monos e o lixo e sobre as árvores, o **Sr. Presidente** refere que o fundamental é perceber que foram tomadas as medidas no sentido de avançar, aliás 3 procedimentos já estão autorizados e irá haver mais para que essas queixas que têm sido feitas, quer nos Portais da Arrábida e outras localidades, fiquem resolvidas.

. Abatimentos na Estrada de Vale dos Barris, em Palmela (Questão apresentada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – O **Sr. Presidente** refere que sobre a questão da Estrada de Vale de Barris, esclarece que se trata de uma patologia que o município tem vindo a acompanhar tecnicamente, porque depois da pavimentação realizada no final do mandato de 2013, terá sido em 2012, sensivelmente, e até está no Plano de Investimentos fazer a 2ª fase durante este mandato. Portanto, esta situação causou estranheza, porque as normas técnicas da pavimentação foram integralmente cumpridas, de acordo com o que sempre se fez, mas depois de se estudar melhor o assunto e já se fez algumas intervenções de correção com uma experiência de aplicação de uma tela e um betuminoso diferente, para procurar estancar aquelas fendas. Aliás, depois de consultar alguns especialistas no exterior para tentar perceber o fenómeno, explicaram algo que é uma evidência, talvez por isso é que muitas vezes as pessoas não entendem porque é que são impedidas de construir por normas do PDM em zonas classificadas por estudos científicos, nomeadamente pelo professor José Luís Zêzere, que fez o trabalho do aquífero e das zonas de erosão para a revisão do PDM, porque efetivamente, estão numa zona de erosão e de fragmentação do maciço e, curiosamente, também não está relacionado com o Inverno. As fendas tendem a aparecer mais no tempo quente e com o facto de não haver qualquer humidade, ou seja, com a movimentação das argilas secas e das sub-bases dá-se este tipo de fenómenos. Portanto, o município tem previsto fazer, para já, ir monitorizando aquelas fendas e se houver algum perigo de derrocada nalguma encosta, naturalmente, irá interditar a zona e fazer a intervenção, mas está previsto fazer por administração direta alguns consertos onde a fissura está maior, à semelhança daquilo que aconteceu com a circular Norte da Autoeuropa, na qual tiveram uma situação relacionada com a sub-base e foi utilizada uma técnica semelhante àquela que estão a utilizar ali, que é a

utilização de uma tela específica, com uma rede e depois com a repavimentação, portanto, é um assunto que o município está a acompanhar e para já, está devidamente controlado.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Palmela. Contrato Interadministrativo – Toponímia - Acerto.

PROPOSTA N.º GPC 01_20-19:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do n.º 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberações da Câmara Municipal de 12/12/2017 e sessão da Assembleia Municipal de dia 20/12/2017.

O Contrato Interadministrativo para a Toponímia estabelece a transferência anual de 1.500 € para a aquisição e substituição de placas toponímicas existentes, bem como de outras que resultem de aprovações de novos topónimos, nos termos do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, como é expresso nos números 1 e 2 do artigo 4º do contrato.

O artigo 7º, nos seus números 1 e 2, daquele contrato estabelece as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para a despesa prevista com a instalação de novos topónimos.

A aprovação pela Câmara Municipal de Palmela de 26 novos topónimos para várias localidades da Freguesia, dos quais se destacam 10 placas para a Urbanização Golf do Montado e 2 placas para a rua Vítor Borrego, já colocadas, requerem ainda, que a Junta de Freguesia proceda à colocação das restantes placas na Urbanização do Golf do Montado e noutras localidades da freguesia, de acordo com o Contrato Interadministrativo em vigor.

Assim, e de acordo com o n.º 1 e 2 do artigo 7.º do Contrato Interadministrativo em vigor, propõe-se a transferência da comparticipação financeira em acertos, para a Junta de Freguesia de Palmela, no valor de 3.432,00 € (três mil, quatrocentos e trinta e dois euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Processo Disciplinar n.º 07/2019 – Aplicação de sanções disciplinares.

PROPOSTA N.º DAGOT 01_20-19:

«1. Por Despacho da Senhora Diretora do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território, Dr.ª Teresa Palaio Pereira, datado de 17 de maio de 2019, foi mandado instaurar processo disciplinar a Álvaro José Jorge da Silva, com a categoria de Assistente Operacional, afeto à Divisão de Conservação e Logística e Bruno Miguel Prata Faria, com a categoria de Assistente Operacional, afeto à Divisão de Ambiente e Resíduos Sólidos Urbanos desta Câmara Municipal.

2. Terminado o procedimento disciplinar e elaborado o Relatório Final pelo Instrutor do processo com proposta de decisão, que na presente proposta se dá por integralmente reproduzida, e que se anexa, e com base na factualidade apurada, sua ponderação e enquadramento legal, **propõe-se:**

3. **Aplicar** ao trabalhador Álvaro José Jorge da Silva, pela prática da infração disciplinar verificada por violação dos deveres gerais de prossecução do interesse público, isenção, zelo e lealdade, nos termos das alíneas a), b) e) e g) do n.º 2 do art.º 73.º, conjugado com os números 3, 4, 7 e 9 do mesmo artigo, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP), a sanção disciplinar de 20 dias de suspensão, prevista no artigo 186.º, em articulação com a alínea c) do n.º 1 do art.º 180.º da LGTFP, fixada em conformidade, com o disposto no n.º 4 do artigo 181.º da LGTFP.

4. **Aplicar** ao trabalhador Bruno Manuel Prata Faria, pela prática da infração disciplinar verificada por violação dos deveres gerais de prossecução do interesse público, isenção, zelo, obediência e lealdade, nos termos das alíneas a), b), e), f) e g) do n.º 2 do art.º 73.º, conjugado com os números 3, 4, 7, 8 e 9 do mesmo artigo, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP), a sanção disciplinar de 30 dias de suspensão, prevista no artigo 186.º, em articulação com a alínea c) do n.º 1 do art.º 180.º da LGTFP, fixada em conformidade, com o disposto no n.º 4 do artigo 181.º da LGTFP.

5. **Mais se propõe**, que nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 192.º da LGTFP, as penas de suspensão, sejam suspensas na sua execução, pelo período de um ano.»

A proposta de Processo Disciplinar n.º 07/2019 – Aplicação de sanções disciplinares obedeceu a duas votações. A saber:

Votação 1. Álvaro José Jorge da Silva: Aprovada, por maioria, com 8 (oito) votos a favor e 1 (uma) abstenção, através de escrutínio secreto. Aprovado em minuta.

Votação 2. Bruno Manuel Prata Faria: Aprovada, por maioria, com 8 (oito) votos a favor e 1 (uma) abstenção, através de escrutínio secreto. Aprovado em minuta.

GABINETE DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Reconhecimento de Ação de Reabilitação para efeito de benefícios fiscais. Requerente: Inês Ferreira Silvestre. Proc.º E-3884/2015. Local: Rua General Amílcar Mota, nº 59-61, em Palmela. Requerimento n.º 765/2019.

PROPOSTA N.º GRCH 01_20-19:

«Através do requerimento em epígrafe, é solicitado pela Sr.ª Inês Ferreira Silvestre, na qualidade de proprietária do edifício sito na Rua General Amílcar Mota n.º 59-61, em Palmela, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o número 5177/19940727 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo número 381, e inserido na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela conforme delimitação aprovada pela Assembleia Municipal de Palmela, na sua sessão ordinária de 25 de junho de 2015, e posteriormente publicada em Diário da República, 2.ª série — N.º 162 — 20 de agosto de 2015, Aviso n.º 9277/2015, a emissão de certidão de reconhecimento de ação de reabilitação e correspondente aplicação das reduções e isenções previstas na Estratégia de Reabilitação Urbana definida para o Centro Histórico de Palmela, aprovada por deliberação em Assembleia Municipal de Palmela de 28 de junho de 2018 e publicação em DR com o aviso n.º. 10913/2018, de 9 de agosto.

Em cumprimento com o disposto no Estatuto dos Benefícios Fiscais, Decreto-Lei n.º 215/89, de 01 de julho, na sua atual redação, conjugando-se com o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM) e D.L. n.º 266-B/2012. de 31 de dezembro, foi aferido o estado de conservação com base em vistoria ao edifício sujeita aos critérios e ficha de avaliação publicados através da Portaria n.º1192-B/2006, de 03 de novembro e MAEC- Método de avaliação do estado de conservação de imóveis, verificando-se a seguinte classificação:

- Estado de conservação inicial do edifício: Péssimo;
- Estado de conservação final do edifício: Excelente.

Deste modo em resultado das obras, devidamente licenciadas e tituladas pelo alvará de obras de construção n.º 39/2016, foi obtida uma melhoria em 4 graus do nível de conservação do

edifício, cumprindo ainda critérios de eficiência energética conforme certificado nº SCE 169581030 emitido após a obra com a classificação da classe energética A.

Propõe-se assim, nos termos do previsto no D.L. 307/2009, de 23 de outubro, com redação atual, conjugado com o previsto na Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela, a deliberação do Reconhecimento de Conformidade da Intervenção com Estratégia de Reabilitação, procedendo-se à respetiva emissão de certidão. Mais se sujeita a deliberação a aplicação dos benefícios fiscais e financeiros, solicitados e previstos com enquadramento no Estatuto dos Benefícios Fiscais, nos artº 45º e 71º e Regulamento de Taxas e Tarifas Municipais (RTTM), no seu artigo 9 A, aplicáveis à presente pretensão.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Inovar Autismo Associação de Cidadania e Inclusão – Celebração de Contrato de Comodato.

PROPOSTA N.º DEIS 01_20-19:

«A Inovar Autismo – Associação de Cidadania e Inclusão é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e ONGPD, criada em 2016, que procura *“promover a inclusão das crianças, jovens e adultos com perturbação do espectro do autismo (PEA) nas suas comunidades de pertença, constituindo-se igualmente como um apoio de excelência no âmbito da habilitação e capacitação destas pessoas, ao longo do seu ciclo de vida, de acordo com as suas necessidades e com as necessidades das suas famílias”*.

Constituída, sobretudo, por pais de crianças com PEA, aos quais se associaram outras pessoas com interesse em intervir nesta problemática, esta é uma associação com cerca de 160 associados (dados de 2018), com e sem deficiência. Fazem parte dos seus atuais órgãos sociais pessoas com PEA, materializando a intenção da associação em desenvolver o seu trabalho com a implicação efetiva das pessoas a que se destina.

Não obstante a sua recente constituição e abrangência supraconcelhia, a instituição tem vindo a estabelecer parcerias procurando uma concertação efetiva em prol destas famílias. No âmbito da Rede Social, aderiu formalmente ao Conselho Local de Ação Social em 2018, e no decurso dos anos de 2017 e 2018, desenvolveu um conjunto diversificado de iniciativas de natureza formativa e informativa, bem como de sensibilização junto de diferentes públicos.

Trata-se de uma jovem associação, sem instalações próprias, que desenvolve o seu trabalho a partir de algumas estruturas de apoio e que procura um espaço físico que permita sedear a instituição, instalar a sua equipa técnica, bem como desenvolver toda a sua atividade,

cumprindo com as suas missivas e plano de atividades. Procura, em suma, instalações para a criação de um espaço multimodal, aberto à comunidade, designado por CIDI - Centro de Inovação e Desenvolvimento para a Inclusão e que se constitui como espaço de criação e experimentação de novas metodologias inclusivas no âmbito da PEA e neuro-diversidade.

Assim, pelo exposto, e considerando:

- A necessidade de instalações da Associação, para os fins a que se propõe;
- A adesão formal ao Conselho Local de Ação Social reforçando uma intervenção local no que diz respeito ao acompanhamento e integração das pessoas com PEA e neuro-diversidade;
- A disponibilidade (parcial) da antiga escola de Arraiados, atualmente desocupada e desativada da rede escolar e com as condições físicas necessárias à atividade da associação;
- A política municipal emanada em Plano de Mandato, que privilegia *a reconversão de escolas desativadas para funções de relevância social e comunitária* (Plano de Mandato, medida 154);
- A necessidade de reforço na cobertura das respostas sociais na área da deficiência, tal como se vê enunciado no Mapeamento das Infraestruturas e Equipamentos Sociais 2016;

propõe-se que, nos termos do art. 33º, nº 1, al. g), o) e u) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, se delibere a celebração de Contrato de Comodato entre o Município de Palmela e a Inovar Autismo – Associação de Cidadania e Inclusão, pelo período de cinco anos, sobre parte do prédio sito na Rua Escola de Arraiados (sala com 48,80 m² e hall com 25,60m², com orientação a sul e espaços comuns), descrito na Conservatória do Registo Predial inscrito na matriz urbana sob o artigo 10380, da Freguesia de Pinhal Novo, cujo valor patrimonial tributário é de €57.784,16, e cuja minuta de Contrato faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Inovar Autismo Associação de Cidadania e Inclusão – Celebração de Contrato de Comodato numerada DEIS 01_20-19 intervêm:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que esta instituição teve 2 candidaturas aprovadas, uma para a região de Lisboa e Vale do Tejo e outra para a região do Alentejo que se foram apresentadas à Associação MAVI (Movimento de Apoio à Vida Integrada) e este equipamento será catalisador destas duas candidaturas também.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que o apoio da autarquia, seja ele de que forma for, às Instituições de Solidariedade Social serão sempre muito bem-vindo por parte do PS, porque acredita que o setor social é o pilar essencial da família e da comunidade e, tem de ser dada maior importância, porque é também o promotor da inclusão e o maior impulsionador do combate às desigualdades e, por isso, obviamente, o PS irá votar favoravelmente esta proposta.

O **Sr. Presidente** sublinha que esta medida integra-se no plano de trabalho do mandato, em que é definido que instalações desta natureza, devolutas, seriam prioritariamente utilizadas para respostas sociais no território e, de facto, esta Associação que, até tem um âmbito supra concelhio nas suas respostas e na qualidade de atuação nas candidaturas que vai fazendo. Portanto, o município fica dignificado, pelo facto esta Associação se instalar no concelho porque é uma importante resposta que outras instituições e escolas, educadores, docentes, enfim, a generalidade da população não está, por vezes, preparada e não é conhecedora para lidar com estas crianças e jovens que são diferentes, de facto, pessoas maravilhosas e, ficam dignificados pela escolha do concelho, desejando um bom trabalho e bom usufruto das instalações.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Centro de Respostas Comunitárias de Poceirão – 2.ª alteração ao Contrato de Comodato.

PROPOSTA N.º DEIS 02_20-19:

«Inicialmente com uma função educativa, hoje o Centro de Respostas Comunitárias de Poceirão (CRCP) é o local de residência de um conjunto de instituições, de âmbito social, cultural e de saúde, as quais promovem e materializam o objeto da sua atividade neste espaço, que se constitui também como um lugar de apoio e atendimento para a comunidade, numa linha de atuação dirigida às famílias em situação de profunda fragilidade social e económica.

Têm sido residentes neste equipamento várias entidades, nomeadamente, a Associação de Dadores de Sangue na Freguesia do Poceirão (Segunda Outorgante), a Associação de Pais do Agrupamento Marateca/Poceirão (Terceira Outorgante), a Associação Social, Cultural e Desportiva “Os Trovões” (Quarta Outorgante), o Centro Social de Palmela (Quinta Outorgante), a Fundação COI (Sexta Outorgante) e a H.T.R.D. – Associação de Artes do Poceirão (Sétima Outorgante), que utilizam o equipamento de acordo com as suas necessidades, regulando o seu funcionamento pelo Contrato de Comodato firmado entre as entidades e a Autarquia, em 7 de dezembro de 2016, bem como, através de uma Adenda ao Contrato de Comodato, assinada em 9 de abril de 2018.

A par deste Contrato de Comodato, em novembro de 2016, o Agrupamento de Escuteiros 1269 de Poceirão, solicitou a cedência de um espaço no CRCP, para a realização de reuniões das diversas secções do Agrupamento, aos fins de semana, tendo as entidades comodatárias acolhido favoravelmente esta pretensão.

Em abril de 2019, a Associação de Pais do Agrupamento Marateca/Poceirão denunciou o Contrato de Comodato, manifestando, na sua comunicação, as razões que levaram a tal decisão. Tratando-se de um equipamento com funções de apoio à comunidade, o Agrupamento

de Escuteiros de Poceirão manifestou vontade de integrar o CRCP, como entidade comodataria, formalizando desta forma a cedência do espaço que, atualmente se encontram a utilizar.

Pelo exposto, **propõe-se**, nos termos das disposições do artº 33.º, nº 1, alíneas g), o) e u) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a aprovação da minuta de Adenda ao Contrato de Comodato que se anexa e que faz parte integrante desta proposta.»

Relativamente à proposta antes transcrita - Centro de Respostas Comunitárias de Poceirão – 2.ª alteração ao Contrato de Comodato – pedem para usar da palavra **o/a Sr./a Vereador/a Pedro Taleço e Mara Rebelo** para apresentarem o seu pedido de escusa na votação da proposta em apreço, o que foi aceite pelo **Sr. Presidente**.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Municípes para intervir neste período.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezasseis horas e cinquenta e nove minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco